

Jornais são partidos?

Francisco Weffort*

Jornais não são partidos políticos. Mas como se parecem às vezes! Nos embates que precedem o golpe de 1964, o *Estadão* desempenhou algumas das funções essenciais de um partido. Hoje, a *Folha* funciona, pelo menos na campanha das diretas, como se fosse uma frente política. Em 1964, o *Estadão* estava ligado — embora apenas por vínculos de amizade e de opção pessoal de alguns dos seus diretores — à União Democrática Nacional (UDN). No caso da *Folha*, as ligações partidárias são ainda mais tênues. E, contudo, ela aparece como uma frente, ou pelo menos parte de uma frente. De uma frente política que, aliás, pelo menos formalmente, não existe.

Bem pensadas as coisas, não deveria haver problema nenhum se um jornal liberal se parece com um partido ou com uma frente. A tradição liberal gosta de definir os partidos como partidos de opinião. E que dizer da tradição da imprensa moderna senão que enraíza, também, no prestígio da opinião? Em que pese o desenvolvimento recente do chamado jornalismo objetivo, apoiado sobretudo na força da

informação, não se conseguiu desbancar a tradição. As páginas editoriais dos jornais continuam sendo o espaço nobre dos jornais e a opinião flui, de modo explícito ou não, em todo o noticiário. Se os partidos são de opinião e os jornais também são de opinião, nada de surpreendente se estes às vezes se comportam como aqueles.

A questão é outra. Qual a real diferença entre a opinião e a ação? É sabido que em 1964, o *Estadão* não se limitou a informar e a opinar. Através de seu diretor Julio de Mesquita Filho, o jornal se articulou em um esquema conspirativo. Pouco importa aqui discutir se isso foi bom ou ruim. O que vale é mencionar que a conspiração é um exemplo típico de ação política. Como também pode ser tomado como exemplo de ação política o tipo de intervenção jornalística que a *Folha* pretende — e frequentemente consegue — sobre o cenário político. Nos dois casos, o típico da ação é a criação de fatos, de novas realidades.

Nos partidos, já se sabe, a diferença entre opinião e ação é pequena, quase inexistente. Nenhum político que tome a sério a sua condição partidária se arrisca a opinar com a liberdade de juízo de um jornalista comentando (ou noticiando) os acontecimentos do dia. É que ele sabe que toda opinião sua, enquan-

* Francisco Weffort é professor de Ciência Política na USP, membro da Executiva Nacional do PT e membro do Conselho Deliberativo do CEDEC.

to membro de um partido, é um compromisso com a ação, com a ação passada ou futura, com a sua ação ou a de seus companheiros. Ou mesmo, por rebote, a de seus adversários. Em que pese a tradição liberal dos partidos de opinião, partidos não são apenas idéias. São também organizações, máquinas, conjuntos de pessoas envolvidas em decisões práticas. A continuidade da opinião na ação é, portanto, coisa de rotina na vida dos partidos. Nos jornais, porém, é um fato excepcional. Como entender a exceção?

Conjugar a opinião com a ação

Fique claro, desde já, um ponto. Existem circunstâncias em que a opinião só pode se expressar se conjugar, de modo direto e imediato, com a ação. Um exemplo disso foi fornecido pelo *Estadão* e pelo *Jornal da Tarde* nos tempos mais escuros do regime de 1964, quando começaram a publicar trechos dos *Lusíadas* e receitas de cozinha no lugar das notícias censuradas. Primeiro, foi a surpresa geral dos leitores. Que loucura é essa? Depois, com a repetição, os dois jornais acabaram por estabelecer uma relação de cumplicidade (ou seria melhor dizer de solidariedade?) com seus leitores, que acabaram por atribuir ao gesto, de início insólito, o caráter de uma ação de resistência política.

Regimes que censuram a imprensa não gostam que esta noticie que ela está sendo censurada. A rigor,

não era isso o que o *Estadão* e o *JT* diziam, pois eles se limitavam aos textos de Camões e às tradições culinárias. Mas todo mundo sabia que era isso, precisamente, que eles queriam dizer. Era como alguém que usa a própria mordaca para protestar contra o fato de estar sendo amordaçado. Era, portanto, uma forma de resistência que, por tornar-se pública, servia de estímulo a outras formas de resistência ao autoritarismo. Era um ato de desobediência, muito particular e específico, mas que, por tornar-se público, funcionava como sugestão à desobediência civil em geral. Era, pois, uma forma de ação política, no sentido que eu defini acima para os partidos.

Há, porém, outras razões que podem levar jornais a fazerem rapidamente o caminho da opinião à ação. Passo depressa por uma delas, talvez a mais fácil e também, provavelmente, a mais enganosa. De que tipo é o liberalismo do *Estadão*? De que tipo é o liberalismo da *Folha*? Que tal fazermos aqui um pequeno discurso sobre a eficácia da ideologia? Entendo que isso também está em causa. Mas me parece que a equação ideológica é, provavelmente, a mais débil para se compreender por que o *Estadão* foi ao golpe em 1964 e a *Folha* decidiu apoiar as ruas em 1984. O problema é que embora se pareçam, às vezes, com partidos, jornais são, de fato, empresas e um público de leitores é muito mais um público de consumidores do que de adeptos de uma causa política. Esta é a diferença mais significativa entre a opinião de um partido e a opinião de um jor-

nal. As opiniões de um jornal são, normalmente, parte de uma mercadoria que envolve também palavras cruzadas, histórias em quadrinhos e anúncios classificados.

Para se entender o *Estadão* de 64 e a *Folha* das Diretas, minha opinião é que a condição desses jornais, como empresas, em especial como empresas de família, explica mais do que qualquer argumento sobre a ideologia em geral. Tive a oportunidade de visitar esses dois jornais em 1982, acompanhando o Lula em sua campanha para o governo do Estado. A circunstância merece ser lembrada porque a presença de um líder operário, nítido em sua condição de classe como Lula, servia para estimular a nitidez também no outro lado da mesa.

Na Folha: à mesa, o espírito liberal burguês

A conversa na *Folha* transpirava o espírito liberal burguês da empresa. O velho Octavio Frias presidia a mesa de almoço, de que faziam parte os representantes do PT e alguns editores do jornal, como quem preside uma mesa de debates. Equidistante das opiniões em discussão, bem-humorado e — penso eu — entusiasmado pelo fato de estar ali, como garantia para um agradável entroschamento de idéias. Todo mundo disse o que quis mas ninguém tinha dúvidas quanto a saber onde estava o bastão do comando.

Mais expressiva ainda, me parece, foi uma frase do Frias quando me dirigi a ele chamando-o de “doutor Frias”. Havia vários doutores à

mesa e, ao que me parecia, o único “não doutor” era o Lula. Ledo engano. O dono da empresa também não era doutor, como ele próprio fez questão de declarar, de um modo discreto mas onde se podia perceber uma pontinha do orgulho.

No Estadão: estilo e maneiras aristocráticas

A diferença com o ambiente que encontramos, no dia seguinte, no *Estadão* era notável. Dizer que o Frias é um burguês e que os Mesquita são aristocratas é mais do que um clichê. É uma constatação sociológica sobre estilos e maneiras. Coisa que Julio Netto confirmou ao comparecer no comício do PT em Santo Amaro. Só um aristocrata pode ter a largueza de gesto que reconhece e, portanto, legítima um adversário.

Jornais são empresas e, portanto, posições de classe. Posições que, às vezes, se vêem ameaçadas e que se defendem como podem. Creio que é esta a explicação mais forte para a conversão do *Estadão* em partido político nos idos de 1964. Não foram os Mesquita os únicos empresários que conspiraram e, entre os muitos que o fizeram, a maioria pouco ou nada tem a ver com os seus estilos aristocráticos ou com as suas concepções liberais. Havia muita gente naquele momento temerosa de que a revolução social surgisse na virada da primeira esquina.

Hoje, a situação é outra. A *Folha*, que tomou sozinha a iniciativa da campanha das Diretas (naquele momento só o PT, entre os partidos,

empunhava com firmeza a bandeira), não passa por nenhuma ameaça ao estilo das de vinte anos atrás. Por que, então decidiu assumir, junto com os riscos do mercado, os riscos da política? Creio que a resposta está na lógica do desenvolvimento das empresas de família. Todas elas têm, nas origens, um fundador que amassou barro com as próprias mãos, mas sonhando sempre com um palácio tão sólido quanto qualquer outro, destes que parecem estar, aí, há tanto tempo

que ninguém mais se lembra de como começaram. Empresas de família passam sempre por algum momento em que a busca de reconhecimento e, portanto, de legitimidade, pode se tornar um impulso poderoso. Reconhecimento e legitimação são formas de sobreviver, de durar no tempo, de permanecer na memória da comunidade, sinais de nobilitação que não vêm do berço mas da conquista. Pode haver melhor campo para isso do que o campo da política? ★

